



**PROJETO :**  
Promoção emancipatória da saúde em  
territórios indígenas no semiárido



**Programa Inova  
Encomendas Estratégicas Saúde Indígena  
da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.**

# CADERNO INTERCULTURAL

## Narrativas, memórias e diálogos interculturais

Com o Povo Tingui-Botó

**Coordenação:**

André Monteiro (Coordenador Lasat Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz-PE)

Marina Fasanello (Neepees/ENSP/Fiocruz-Rio)

Marcelo de Campos (Povo Tingui-Botó)

Kleber Xukuru (Povo Xukuru do Ororubá)

**Caderno Intercultural:**

Marina Fasanello (Pesquisadora Neepees)

**Texto: Neepees**

Marina Fasanello

André Monteiro

Marcelo Tingui

**Revisão Tingui-Botó**

Rosiane Tingui

Wellington Tingui

Lucivanio Tingui

**Pesquisadoras/es bolsistas do Tingui-Botó:**

Marcelo de Campos

Rosiane dos Santos Campos

**Projeto gráfico:**

Rodrigo Toscano

**Diagramação:**

Júlia Sarraf

**Neepees:**

Morgana (Assistente de pesquisa)

Gabriela Protazio (Secretaria)

# Promoção emancipatória da saúde em territórios indígenas no semiárido

## como estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas

### Introdução

O projeto “Promoção emancipatória da saúde em territórios indígenas no semiárido como estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas” foi realizado entre agosto de 2022 e janeiro de 2024, dando continuidade ao anterior, coordenado pelos Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat) e o Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (Neepe). Trata-se de uma parceria com a Associação da Comunidade Indígena Xukuru e a Aldeia Indígena Tingui-Botó. Também houve uma colaboração com a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste e Minas Gerais, o IP/Universidade Federal de Alagoas e a Universidade de Pernambuco. Dentro da Fiocruz, o ICICT/VideoSaúde, o Canal Saúde e o VPAAPS Fiocruz, e internacional com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/PT.

André Monteiro Costa (LASAT - Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz-PE), Marina Fasanello (Neepe - ENSP/Fiocruz-Rio), Marcelo Tingui (Povo Tingui-Botó) e Kleber Xukuru (Povo Xukuru) foram responsáveis da coordenação do projeto.

Esta pesquisa nasce de um encontro no CBA (Congresso Brasileiro Agroecológico) em 2019, na Universidade Federal de Sergipe, onde houve uma projeção de diversos filmes. Marcelo Tingui e Kleber Xukuru, dois cineastas indígenas presentes para representar seus respectivos povos. Após serem apresentados por um amigo em comum, perceberam que apesar de haver diversos

### Diálogos interdisciplinares e interculturais

Diálogos interdisciplinares são realizados por diferentes áreas especializadas das ciências, como a sociologia, a medicina, a ecologia e a engenharia. Os diálogos interculturais, por sua vez, envolvem conhecimentos científicos com outros sistemas de conhecimentos. Podemos citar como exemplo os conhecimentos tradicionais indígenas e de diversas outras populações tradicionais advindos de lutas sociais por saúde, dignidade e direitos territoriais.

filmes sobre os indígenas, nenhum deles tinha sido produzido por indígena. No momento que abriu a mesa de debate, decidiram subir no palco para defender o cinema indígena, para eles: “da importância do cinema indígena ser feito pelos indígenas e com indígenas e não para indígenas” (Marcelo Tingui). Após as falas, eles foram apresentados à Prof<sup>a</sup>. Marina Fasanelo. Assim, o encontro dos Xukuru e Tingui Botó com o Neepes se deu no CBA, debaixo de um pé de jambo. A partir daí, os dois indígenas compartilharam seu sonho de criar uma rede audiovisual indígena e traçaram várias possibilidades. Quando abriu o edital do Inova que em articulação com a Marina para a construção da proposta, permitiu dar início a essa parceria, que hoje já entrou em uma segunda edição. Nestas confluências, a Bia Colucci, coordenadora do Nice da UFS, também se aproximou e o Neepes, que já havia contato com o André Monteiro, o convidou para coordenar o projeto, tanto enquanto cineasta quanto por seu histórico de pesquisa na questão de conflitos.

O principal objetivo do projeto foi induzir a produção e circulação de conhecimentos que apoiam a organização e modos de vida nos territórios Xukuru do Ororubá/PE e Tingui-Botó/AL, como os saberes e práticas tradicionais, agroecológicas e de promoção da saúde. Procuramos contribuir para produção de narrativas audiovisuais indígenas do Nordeste, Norte de Minas e Espírito Santo, a partir do resgate de memórias e narrativas

indígenas tendo como base o diálogo intercultural. Outro elemento importante foi apoiar sua qualificação do ponto de vista dos objetos de conhecimento, da qualificação técnica da produção audiovisual, da articulação dos coletivos audiovisuais, contribuindo para sua articulação em rede, bem como para a ampliação da visibilidade dessa produção, por meio de uma mostra, potencializada pelo desenvolvimento da plataforma do audiovisual “Narrativas Audiovisuais do Nordeste - NIN”. Deste modo, a produção audiovisual indígena se torna um importante canal de comunicação dentro das comunidades e amplia a criação de redes entre as diversas etnias.

Além disso, procuramos criar dispositivos para a qualificação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, considerando-se que aborda como temática central a promoção da saúde indígena, nas ações e práticas de conhecimentos tradicionais indígenas e agroecológicos. Tendo por base as perspectivas teóricas da ecologia dos saberes e **metodologias sensíveis e co-labor-ativas**, o projeto assenta-se na construção coletiva de conhecimentos fundados nos diálogos interculturais entre os povos indígenas e pesquisadores do campo da saúde coletiva e parceiros de diversas áreas afins.

## Metodologias sensíveis e co-labor-ativas

As metodologias sensíveis co-labor-ativas têm como intenção transformar a forma que se constrói o conhecimento dentro da academia. Propõem a produção de conhecimentos *junto com* os segmentos radicalmente excluídos, como as populações, comunidades e movimentos sociais do Sul Global. Trata-se de considerar esses grupos como portadores de direitos, saberes e capacidade de agenciamento, ou seja: “em processos instituintes dos sujeitos que vivem, trabalham e se mobilizam nos territórios, em particular no reconhecer, validar e apoiar a produção de conhecimentos voltados à transformação social, à luta por direitos, à busca por dignidade e do bem viver” (Fasanello e Porto, 2023). Portanto, consideramos, no âmbito das metodologias sensíveis, que eles são fundamentalmente sujeitos da pesquisa e sobretudo, produtores de saberes legítimos, que se configuram por meio de diversas linguagens, expressões e percepções. Quebra-se assim, a noção corrente que os associam como objeto de pesquisa e seus conteúdos como passíveis de apropriação por práticas acadêmicas extrativistas. Neste sentido, a pesquisa sensível co-labor-ativas se torna um processo de ‘co-criação’, onde os sujeitos de diversas áreas do conhecimento, das expressões artísticas e dos territórios em luta por dignidade, participam de cada etapa do projeto e da produção do conhecimento.

Assim, a ideia de uma metodologia sensível consiste em um resgate “da epistemologia com sabedoria”, aliando dimensões ontológicas, metodológicas, pedagógicas, artísticas e afetivas. Envolve uma transformação do modelo onde a ciência hegemônica exclui sistemas de conhecimentos e experiências que nascem de contextos populares, coletivos e da ancestralidade. (Fasanello, 2018 e 2023)

O projeto foi sendo construído principalmente a partir do aprofundamento dos diálogos com o Xukuru do Ororubá e Tingui-Botó, tendo por base as perspectivas teóricas da ecologia dos saberes e tradução intercultural (Santos, 2007) assim como as **metodologias sensíveis e co-labor-ativas** (Fasanello, 2018) e os Encontros de Saberes do Neepes (Fasanello e Porto, 2024). As oficinas e Encontros do Neepes representam uma estratégia de construção coletiva dos conhecimentos, permitindo unir os povos indígenas e pesquisadores do campo da saúde coletiva e parceiros de diversas áreas afins. Também se apoia na proposta teórico-metodológica da **sociologia das imagens** (Rivera, 2015), na qual o audiovisual emerge como possibilidade de elaborações sensíveis nos territórios indígenas, enquanto estratégias de visibilidade de suas narrativas. Deste modo, os movimentos e organizações indígenas em contexto de lutas sociais são considerados como sujeitos portadores de direitos, que têm potência para produzir conhecimentos escritos, orais e imagéticos. Neste intuito, os realizadores audiovisuais indígenas envolvidos na pesquisa se tornaram pesquisadores dos territórios, formando uma equipe de bolsistas. Seu papel é de uma importância crucial para apoiar diálogos e compromissos de forma a fortalecer e promover experiências de produção e circulação de narrativas, resgate de memória e diálogos interculturais, que contribuiriam para criação da rede audiovisual

indígena do Nordeste. Também cabe destacar a dimensão interdisciplinar desta pesquisa, envolvendo profissionais de diversas áreas, tais como pesquisadores de ciências sociais, botanistas, cineastas, entre outros.

## Sociologia das imagens

O conceito de sociologia das imagens, desenvolvido por Silvia Rivera Cusicanqui, propõe uma antropologia visual que possibilite representar a diversidade de vozes e expressões que emergem nas lutas sociais, um olhar sobre outros olhares em construção coletiva. Os atores dessas lutas representam sujeitos coletivos cujas ações se expressam em diversas formas de ser e conhecer, por exemplo através de seus gestos, falas e olhares. A linguagem audiovisual, através dos diferentes sentidos que ele nos permite acessar, tem um papel fundamental para permitir uma expressão significativa de tais sentidos. Encontramos aqui uma sintonia com a ecologia dos saberes, na medida em que permite a emergência de formas diversas de linguagens, sentidos e expressões provenientes dos territórios de luta e da cultura popular. Assim, essa proposta nos convida a entender o audiovisual como um princípio democrático pela imagem.

### Apresentação dos Tingui Botó

Os Tingui Botó eram identificados como Xocó ou Shocó, mas segundo relatos do cacique Eliziano de Campos e do pajé Adalberto Ferreira da Silva ao Instituto Socioambiental (ISA), são identificados como Kariri.

Também de acordo com o ISA essa identificação como Tingui Boto ocorreu após a criação pela Funai do Posto Indígena Padre Alfredo Dâmaso, em Porto Real do Colégio. Isso foi seguido da formação da comunidade.

Tingui faz referência a uma árvore com o mesmo nome, cujas folhas eram usadas para acampar durante a instalação

na área do Olho d'Água. Já Botó, esta relacionado ao sobrenome de um dos grandes representantes da comunidade, João Ferreira Botó, foi o primeiro pajé da comunidade, ele junto ao líder Plácido Campos fundaram a comunidade tingui botó, hoje localizado no município de feira grande.

Os Tingui Botó se comunicam em português, ao mesmo modo que as populações rurais do Nordeste. No entanto, falam sua língua ancestral no ritual secreto Ouricuri, designada Dzbokuá. Foram reconhecidos como grupo indígena pela Funai em 1980, conforme o trabalho realizado por Clovis

Antunes, professor da Universidade Federal de Alagoas, neste intuito. Isto

permitiu um resgate identitário e étnico por uma população indígena anteriormente dispersa. Tal processo deu início às reivindicações políticas de posse de terras por direito imemorial e a luta pelo seu reconhecimento pelo órgão tutelar.

## 1. Mapeamento

**-Agricultura, alimentação, cuidado, espiritualidade, arte e preservação ambiental nos territórios**

O povo Tingui Botó cultiva a sabedoria Ouricuri, voltada para o diálogo com a

natureza. É nesta religiosidade que se apoiam diversas práticas de cuidado do território e dos indivíduos. O reflorestamento e plantios, quase diários, através de mudas ou estaqueamento, tem uma importância considerável. Tais atividades são principalmente realizadas pelos mais antigos, mas também pelos mais jovens que entendem sua importância espiritual. Também são realizados trabalhos de cuidado a partir da medicina da floresta, que os Tingui Botó chamam de “medicina verde” e que se baseiam no conhecimento ancestral. Assim, entendemos que todas as narrativas deste povo, sejam elas artística, medicinal, ou agrícola, vem da vertente espiritual.



Encontro Plantando Sementes e Curando Vidas - Território Tingui Botó.

**-Ações e práticas de agricultura tradicional envolvendo experiências de produção, distribuição, autoconsumo e comercialização de alimentos saudáveis voltados à promoção emancipatória da saúde e geração de renda nos dois territórios.**

Os Tingui Botó praticam uma Agricultura do Sagrado e de Subsistência que se baseia no plantio limpo. Este último significa que não se utiliza veneno. Se trata da principal fonte de renda da comunidade.

Podemos citar o exemplo das



plantações de mandioca e batata doce. Todos os anos nos meses de junho é feito o plantio, um processo que envolve toda comunidade em momentos coletivos onde cada família planta sua roça e todos ajudam em mutirões. É conhecido no território como a “turma da onça”. Todo este processo coletivo resulta na produção de alimento. Cabe salientar que a Casa de Farinha Tingui não é apenas um local onde se faz farinha para consumo, é também um lugar onde se reúnem as famílias e se trocam histórias que são vivenciadas por toda a comunidade. É um processo de resistência e soberania alimentar que atravessa décadas e é transmitido para as novas gerações.



Imagens do filme “Casa de Farinha Tingui Botó”.

**-Ações e práticas de cuidado tradicionais na prevenção e combate Covid19.**

Para os Tingui Botó, o cuidado com o corpo e natureza ultrapassa as fronteiras espirituais. Assim, anteciparam a Dycancry (doença do vento) e muitas ações preventivas foram adotadas, como a realização de diversos remédios e banhos.

Adotaram medidas para favorecer o distanciamento social, adiando eventos para datas sagradas ou criando barreiras sanitárias nas entradas da comunidade. Os meios de comunicação da comunidade também foram acionados para um maior entendimento e seriedade da situação. Por exemplo, o coletivo audiovisual Tingui Filmes realizou documentários de conscientização para incentivar as pessoas a permanecerem na aldeia e só saírem

em caso de urgência. Também destaca-se o trabalho do conselho local de saúde junto com a equipe de saúde local para conscientização e fiscalização. Vale ressaltar também que durante esse período

foram distribuídas mais de três mil cestas básicas no território, com mais de 500 famílias contempladas em três meses, possibilitando o acesso ao alimento de forma segura e sem custo.



Fonte : Tribuna Hoje.

Para se precaverem de infestação pela Covid-19, as mulheres da etnia Tingui-Botó resolveram colocar um aviso na entrada da comunidade e barrar qualquer tipo de visita, com exceção de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde (Tribuna Hoje, 2020).

**-Acervos (escritos e audiovisuais) já sistematizados ou que ainda precisam ser sistematizados**

cultural desse povo.

Dentro da comunidade, criou-se o Coletivo audiovisual *Tingui filmes*. Este coletivo realiza cinema de guerrilha e retrata as manifestações culturais ancestrais através do audiovisual com baralhos etnográficos. Isto permite que seja salvaguardada toda a ancestralidade

## 2. Questões

Dentro dos questionários, foram destacadas diversas questões e desafios que os Tingui-Botó enfrentam no território.

Em relação à agricultura tradicional e à alimentação, a principal questão para os Tingui Botó é a luta contra o uso de veneno e de transgênicos na terra, para assegurar resistência alimentar saudável do povo. De fato, existem diversas propostas vindas de fora, oferecendo uma agricultura de monocultura, com a

implantação de matrizes transgênicas e de uso de venenos mascarados como defensivos.

Um outro elemento de grande importância que foi destacado pelos Tingui Boto na sua relação com SasiSUS, foi uma forte exclusão dos saberes ancestrais indígenas pelos agentes, considerados inferiores e folclóricos pelos agentes (profissionais) de saúde.

Enfim, destaca-se a importância da questão dos indígenas que vivem na região urbana.



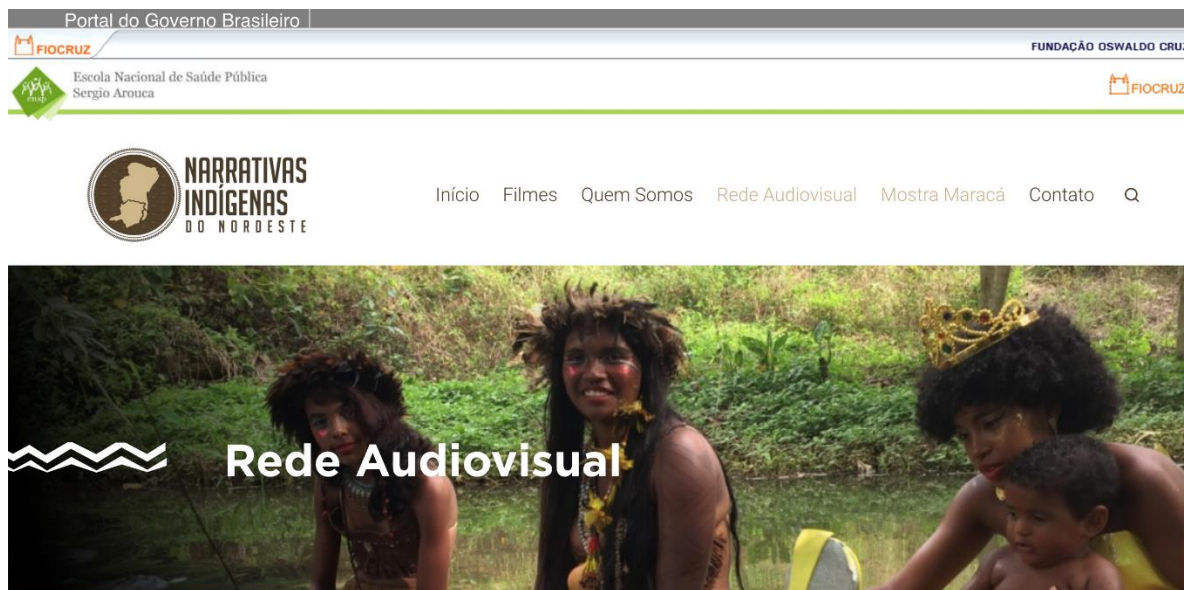
Após implementação dos questionários, os presentes foram divididos em grupos e sistematizaram as questões. Encontro Plantando Sementes e Curando Vidas - Território Tingui-Botó, março de 2023.

### 3. Respostas

Dentro deste projeto de pesquisa, trabalhamos no desenvolvimento e fortalecimento de ações para enfrentar os desafios mencionados acima, principalmente relativos ao sistema de saúde e circulação de informações e conhecimentos tradicionais indígenas nos territórios.

Assim, como resultado de diversas reuniões e *Encontros de Saberes*, concretizamos diversos recursos de difusão audiovisual. Foi criada uma plataforma de audiovisual indígena ([Narrativas Indígenas do Nordeste-NIN](#)),

hospedada no servidor da ENSP/Fiocruz, a partir da plataforma de audiovisual Beiras d'Água. Neste intuito, pesquisadores indígenas foram capacitados pelo *Eita* para alimentação e gestão da plataforma. Também houve uma sistematização da produção audiovisual indígena do Nordeste, incluindo os dois grupos étnicos (Xukuru do Ororubá e Tingui-Botó) e envolvendo os temas da promoção da saúde e agroecologia para catalogação e vinculação na plataforma. Além disso, identificamos demais coletivos audiovisuais indígenas do Nordeste e seus acervos vinculados à plataforma [Narrativas Indígenas do Nordeste](#) e outras abertas (sobretudo Youtube e Vimeo).



Plataforma Narrativas Indígenas do Nordeste, hospedada no servidor da ENSP/Fiocruz.

Assim, criou-se uma rede de audiovisual indígena do Nordeste, buscando reunir realizadores audiovisuais indígenas do Nordeste, Espírito Santo e Norte de Minas Gerais. Pretende-se que esta rede se constitua como um espaço de

atuação e protagonismo indígena gerido pelos povos em diálogo com uma academia sensível e colaborativa, proporcionando articulação e visibilidade de coletivos, núcleos e realizadores audiovisuais indígenas. Tal rede assume

como propósito o compromisso de potencializar iniciativas que já existem, promover o reconhecimento de grupos e atuações, incentivar relações de solidariedade entre os povos para fortalecer suas lutas por saúde, dignidade e direitos territoriais.

Enfim, foi realizado um curso de extensão de caráter teórico-prático intitulado “Narrativas Audiovisuais em Contextos Indígenas”. Trata-se de um aperfeiçoamento em pela Universidade Federal de Sergipe-UFS, sob a coordenação da professora Karliane Macedo Nunes, promovido pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema, no período de 01/09 a 06/10/2021, com carga horária de 30 horas. O foco deste curso é a Produção Audiovisual e as diferentes etapas que envolve (pré-produção, produção, pós-produção). Foram ofertadas 15 vagas para realizadores audiovisuais indígenas do Nordeste, com 06 certificações, cumprindo 75% da carga horária.

Dentro desse comprometimento audiovisual, foi realizada a *Mostra Maracá do Audiovisual Indígena do Nordeste*. Trata-se de filmes de curta e média metragem, de realizadores da área de atuação da Apoinme (PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES e MG), que estivessem hospedados nas redes abertas de audiovisual (sobretudo Youtube e Vimeo). O levantamento dos coletivos de audiovisual indígena foi uma estratégia importante para identificação dos filmes. Esse trabalho de pesquisa também contou com a colaboração dos bolsistas ligados à NICE UFS, coordenados pela professora Karliane Nunes. Criamos coletivamente um convite e um formulário para adesão

à plataforma/mostra.

Assim, foram selecionados filmes e sessões para a *Mostra Maracá* sobre as seguintes temáticas:

1. Agricultura do sagrado: terra e alimento
2. Memória e Tradição
3. Lutas e Resistências
4. Covid-19: a pandemia no olhar dos indígenas
5. Auto-cuidado e cura - saúde tradicional indígena
6. Mulheres indígenas
7. Xicão Xukuru - As sementes viraram frutos
8. Diálogos interculturais a partir dos indígenas
9. Mitologias das águas
10. Natureza e Meio Ambiente: visões e conflitos
11. Cinema de Índio

Em relação à questão do atendimento de saúde indígena, montamos um curso de capacitação e certificação dos conselheiros de saúde indígenas, por meio de projeto de extensão interinstitucional (Fiocruz, UFAL e UPE). Foram capacitados conselheiros de saúde indígena dos dois territórios para promover espaços de diálogos de saberes, envolvendo parcerias entre centros de pesquisa e os conselhos locais de saúde indígena, sobre as ações agroecológicas e de promoção da saúde, práticas tradicionais de alimentação, cuidado, espiritualidade e preservação ambiental em diálogo com a abordagem da saúde integral, fortalecendo o controle social e do SasiSUS.

## O Território Tingui Botó a partir do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

Link : <https://bit.ly/45qP6ZP>

A luta dos Tingui-Botó tem sido principalmente voltada para a recuperação de parte de seu território tradicional - espoliado ao longo dos anos por grandes proprietários rurais -, e para garantir condições mínimas de sobrevivência física e cultural da comunidade. Nesse processo, a tradição do Ouricuri, preservada em segredo até os dias atuais, exerce um importante papel como catalisador de uma identidade cultural reafirmada.



**Fonte : Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**

Durante séculos, os Tingui-Botó se viram pressionados pelo contexto sociopolítico a assimilar usos e costumes da sociedade nacional, confundindo-se com a população camponesa da região. Por esse motivo, durante muito tempo eles foram considerados apenas mais uma população de “caboclos”, em quanto o povo sempre se reconheceram como indígenas, num processo conhecido na antropologia brasileira como “ressurgência dos povos indígenas do nordeste”.



## AL – Em Alagoas, Tingui-Botó reivindicam há mais de uma década a revisão dos limites de suas terras e a ampliação do território disponível

Síntese

Contexto Ampliado

Fontes

Cronologia

UF: AL

Município Atingido: Feira Grande (AL)

Outros Municípios: Campo Grande (AL), Feira Grande (AL)

População: Povos indígenas

Atividades Geradoras do Conflito: Atuação de entidades governamentais, Monoculturas

Impactos Socioambientais: Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional

Danos à Saúde: Insegurança alimentar, Piora na qualidade de vida, Violência – ameaça

**Fonte : Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**

Portanto, é fundamental olharmos o fenômeno da ressurgência não como uma exclusividade dos Tingui Botó de Feira Grande, já que ele pode ser verificado entre diversos grupos no Nordeste brasileiro, como os [Fulni-ô em](#) Pernambuco, os Tumbalalá, na Bahia, além dos [Tapeba](#) e [Tremembé](#) no Ceará, como exemplifica Maria Rosário Carvalho (2010) e Siloé de Amorim (2003). A ressurgência, por outro lado, faz parte de um processo recente de revalorização e reconhecimento da cultura indígena, mobilizado principalmente pela ação do movimento indígena organizado a partir dos anos 1970 para garantir os direitos dessas populações.

Ao mesmo tempo em que esse processo mobiliza populações antes invisibilizadas a resgatar suas raízes culturais, ele potencializa a ação desses grupos na busca por direitos fundamentais e por legalmente garantidos em prol da sua dignidade. É um processo multidimensional no qual cultura, identidade e ação política se entrelaçam e se influenciam mutuamente. O fenômeno da ressurgência dos Tingui-Botó enquanto grupo étnico é um processo relativamente recente, que remonta à década de 1980, segundo trabalhos do antropólogo Clóvis Antunes (1983) que na época desenvolveu um estudo com diversas comunidades indígenas em Alagoas.

Contextualizar o ressurgimento dos Tingui-Botó dessa forma, dentro de um quadro sociopolítico maior, não significa subordinar seu processo específico ao quadro geral. Obviamente, cada movimento social - e o movimento indígena não é exceção - possui especificidades e demandas próprias, e mesmo no interior do movimento indígena é possível verificar divergências e diferenças, uma vez que ser índio no Brasil não significa estar inserido num contexto social, político ou cultural homogêneo, mas estar submetido a pressões e desafios tão diversos quanto as etnias presentes em nosso território.

É preciso compreender que, no caso dos Tingui-Botó e de outras etnias no Nordeste, há o agravante da necessidade de ter de provar que se é índio, mesmo sem possuir, na maioria das vezes, uma língua própria. Em geral, o índio no Nordeste não se adéqua ao índio genérico presente na cultura popular, pouco se aproximando das atuais etnias amazônicas, apresentadas pelos meios de comunicação como a imagem oficial de um indígena. Esta especificidade impõe aos Tingui-Botó um desafio adicional ao já difícil percurso burocrático que se inicia no reconhecimento oficial enquanto grupo étnico diferenciado, que tem como objetivo a garantia de seus direitos territoriais e sociais. Somente em 1983 foi instalado um posto indígena em Feira Grande, quando outras etnias já contavam com instalações desse tipo há pelo menos 50 anos (ANTUNES, 1983)

Todo este processo está intimamente ligado com a luta pela recuperação de seus territórios tradicionais. Num contexto fundiário marcado pela existência de grandes latifúndios, os povos indígenas foram historicamente os maiores perdedores no processo de formação dessas grandes propriedades rurais. A luta pela terra significa, portanto, a luta contra pessoas e grupos de grande influência local e nacional. Algumas vezes, com ligação próxima a empresas multinacionais do setor

Apesar de as demarcações de terras indígenas ocorrerem a nível federal - sendo uma prerrogativa da União (o trabalho técnico é realizado pelos quadros da FUNAI e do Ministério da Justiça, mas a titulação depende de sanção do Presidente da República) -, em geral, os opositores à demarcação mobilizam recursos políticos e jurídicos nos três níveis de governo - não raro com o apoio de prefeitos, vereadores, governadores, deputados estaduais, senadores e deputados federais -, com o objetivo de postergar ou anular o processo demarcatório.

De acordo com o ISA, no caso específico dos Tingui-Botó, quando, como mencionado, inicialmente a FUNAI adquiriu três fazendas para assegurar um território mínimo para a etnia - em 1983, (Fazendas Boacica (30 hectares) e Fazenda Olho d'água do Meio (31 hectares); em 2006, a Fazenda Ypióca (59,6 hectares) -, É importante salientar que essas aquisições foram realizadas sob uma legislação indigenista diversa da atual.

Hoje, as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas são consideradas patrimônio da União sob usufruto dos povos indígenas. Portanto, não são reconhecidos os títulos dominiais particulares que incidem sobre essas terras, cuja extensão é determinada através de estudos multidisciplinares coordenados por um antropólogo, sendo obrigação da União apenas a indenização das benfeitorias de boa-fé.

A legislação também prevê que as terras devem ser demarcadas de modo a possibilitar a reprodução física e cultural de cada etnia, o que varia de acordo com cada grupo e tem gerado grande polêmica, pois as necessidades desses grupos, geralmente, são pouco compreendidas pela sociedade nacional.

É com base nessa legislação que os Tingui-Botó têm reivindicado, desde 2001, a revisão dos limites de suas terras e a ampliação do território atualmente disponível (ISA, 2001). É preciso salientar que, até a promulgação da Constituição de 1988, em geral, as terras indígenas eram demarcadas ou adquiridas de forma a suprir somente as necessidades mais urgentes da população existente, se tornando posteriormente exíguas com o aumento da população. Isto poderia ocorrer tanto devido ao crescimento vegetativo como à ampliação do processo de autorreconhecimento (e reivindicação de pertencimento a determinada etnia por parte de famílias inicialmente não contabilizadas como tal).

O atendimento de demandas territoriais, contudo, não é o único objetivo das lutas indígenas. A garantia do acesso à terra é apenas o primeiro passo na luta por uma existência saudável e digna. O acesso à saúde - especialmente, o atendimento médico adequado às suas especificidades culturais - tem sido outra importante reivindicação da comunidade. Se, na questão fundiária, a FUNAI é o principal interlocutor, no que diz respeito à saúde indígena as demandas são direcionadas à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Nessa luta, os Tingui-Botó têm contado com o apoio de outras etnias no Nordeste. Em maio de 2008, por exemplo, cerca de 200 indígenas, oriundos de várias comunidades de Alagoas e Sergipe, ocuparam a sede da Funasa em Maceió. A

precariedade das condições de atendimento era a principal crítica dos índios em relação à atuação do órgão e suas parceiras em Alagoas e Sergipe (Estado de São Paulo, 2008)

Segundo Marcus Sabarú, Tingui-Botó de Feira Grande: “Nunca tem dinheiro para comprar remédio, nem para outros serviços, como o pagamento dos motoristas, de quem dependemos para o deslocamento diário das tribos para os hospitais nas cidades. A resposta da FUNASA tem sido lenta, o que somente agrava os problemas de saúde já existentes”.

Em fevereiro de 2011, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que substituiu a FUNASA, no ano anterior, como órgão responsável pela saúde indígena no País, anunciou que estava concluindo obras para ampliação do atendimento à população indígena de Alagoas e Sergipe. Segundo o chefe do DSEI Alagoas e Sergipe, Ronaldo Francisco Pereira da Silva, estava prevista, para março, a entrega de dois polos-base e um posto de saúde, que beneficiaram 1.800 indígenas que vivem nos municípios de Inhapi, Água Branca e São Sebastião, no estado de Alagoas. Ronaldo também explica que “as obras são importantes porque teremos uma construção própria do DSEI, adequada para ser um local onde se trata a saúde das pessoas. Ronaldo explica que, atualmente, o Distrito utiliza imóveis alugados para o atendimento. Por mais que sejam feitas as adaptações, eles não são ideais. Isso será resolvido com os imóveis próprios” (SESAI, fev. 2011).

territoriais e demandas comuns, diversos povos indígenas do Nordeste e Minas

Gerais, sob organização da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), realizaram um encontro na aldeia Tingui-Botó, em 26 e 27 de agosto de 2011, para discutir seus problemas com representantes da FUNAI. Após dois dias de debates, o encontro foi concluído com o encaminhamento de uma carta na qual reivindicavam:

(1) Priorização dos GTs para os povos indígenas do Sertão de Alagoas;

(2) Priorizar a criação de portaria com recursos disponíveis para identificação, demarcação e legalização das terras indígenas em toda abrangência da APOINME e a proteção das mesmas;

(3) Pagamento de indenizações para a retirada de posseiros das Terras Indígenas Xukuru Kariri (bem como sua demarcação física), Kariri Xokó e Karapotó;

(4) Revisão e ampliação de limites da Terra Indígena Tingui-Botó, cerca de 300 hectares, e plano de fiscalização para as Terras Indígenas;

(5) Acompanhamento do andamento da ação judicial da Terra Indígena Kariri Xokó (Perícia judicial e prosseguimento dos trabalhos da FUNAI);

(6) Cumprimento da decisão judicial para a retirada dos posseiros da Terra; e

(7) Continuidade do diálogo com a APOINME para a construção de uma agenda de trabalho com definição de guardado como grande segredo (Agência Alagoas, set. 2012).

Outras ações desse tipo foram

prioridades para a proteção territorial das terras indígenas do nordeste e leste, incluindo: demarcação, aquisição de terra, gestão territorial e etnodesenvolvimento.

Desde 2010, o Emater tem apoiado diversas iniciativas de geração de renda para a comunidade. A primeira foi a inclusão de mulheres da comunidade como boleiras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). As principais ações foram a implantação da horta comunitária, da horta medicinal e a distribuição de mil mudas para o reflorestamento na aldeia.

Em setembro de 2012, o Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (Emater/AL) realizou atividades de capacitação na aldeia dos Tingui-Botó. De acordo com o engenheiro agrônomo Mário Jorge dos Santos, o interesse da comunidade em criar a horta comunitária foi o diferencial no desenvolvimento das demais ações. As mulheres da comunidade participaram de uma capacitação sobre hortaliças, o que provocou um interesse para pôr em prática o aprendizado. Depois surgiu a ideia de cultivar plantas medicinais e a demanda de reflorestar a área que tinha sido desmatada. Para a produção de artesanato (como bolsas, vassouras, chapéus e esteiras), a comunidade recebeu, com festa, 500 mudas de Ouricuri. A planta é considerada especial para a comunidade indígena, e o motivo é

iniciadas em articulação com as aldeias Tingui-Botó em 2013. Nos dias 12 e 13 de dezembro daquele ano, por exemplo, eles participaram de um Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão

Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) para o Nordeste/Leste, uma ação conjunta da FUNAI e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no âmbito do Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. Paralelamente, algumas ações de gestão ambiental do território

começaram a ser implementadas entre os Tingui-Botó a partir de uma articulação entre o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco e a Neogeo Consultoria. O resultado foi o projeto de Recuperação da Microbacia do Rio Boacica, situado no entorno da terra indígena.



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Franc

De acordo com Jairan Tingui-Botó: O Rio que percorre toda extensão da área indígena é um dos principais afluentes do Rio São Francisco, e tem sido gravemente degradado ao longo de seu percurso, que se estende desde meados da região de Girau do Ponciano até sua desagua nos entornos de Penedo. Esse rio percorre áreas constantemente utilizadas para produção animal, ficando suas margens descobertas de vegetação ocasionando no constante assoreamento ao longo do rio. A degradação do Boiacica é tão preocupante para a comunidade indígena quanto a manutenção de costumes e modos de vida que dependem exclusivamente das águas dele. Outrora permanente, atualmente as águas do Boiacica ocorrem de forma temporária, sendo que, em algumas épocas do ano, a correnteza das águas chega a ser quase que cessada.

Entre os aspectos positivos desse projeto de recuperação está o cercamento da área de mata da comunidade para evitar possíveis invasões na área por posseiros vizinhos, que degradam a fauna e a flora da área indígena através do desmatamento de pequenas áreas, e, principalmente, da caça predatória. Outro benefício para a comunidade é o beneficiamento e recuperação de estradas vicinais dentro da própria comunidade, evitando assim que os indígenas precisem circular por fora da área para terem acesso a alguns pontos do território. No mais, concomitantemente, está sendo desenvolvido um trabalho de cunho social, articulado pelos próprios indígenas com supervisão das articulações gestoras, onde é feita a conscientização social através de palestras, mesas, e panfletagem nas comunidades vizinhas referente à preservação do ambiente natural e à importância dos recursos hídricos.

É fundamental neste ponto trazer a fala da liderança indígena Marcelo Tingui (mar. 2023), que ecoa o pensamento de

seu povo sobre a definição de Território e como esta definição impacta na forma como percebem a totalidade da vida e o respeito a todos os seres. Ele traça a diferença determinante entre os valores fortemente defendidos pela visão do não-indígena, em detrimento do sentido mais profundo compreendido pelos povos indígenas. Como divulgado pela Midia Caeté (2023): “E aqui me refiro ao povo Tingui-Botó, e aos povos indígenas do Nordeste, e da Caatinga. Nós temos visão diferente. Enxergamos o território como sujeito de direito. Quando falamos da saúde coletiva, e saúde do território, a gente não se refere só aos povos, seres humanos, que estão no território. A gente se refere às plantas, animais, insetos”.

Este olhar que se volta para integrar todos os seres é importante para que as políticas de saúde coletiva, ambientais, educativas, dentre outras, sejam assim dirigidas pelos diversos profissionais

engajados nos territórios indígenas: “Tudo faz parte de uma só energia, de uma só cosmologia. É o respeito ao riacho que quer correr mais para a esquerda do que para a direita. E ele tem esse direito. Da árvore que engrossa mais que a outra. Do arbusto que tem mais espinho que o outro ou onde quer nascer. É um direito da planta ser como ela queira ou animal cantar como ele queira. Toda essa visão que nos é passada de geração após geração, através da oralidade, é respeitada e transmitida, porque isso é cultura” (MÌDIA CAETÈ, 2023).

Os anos posteriores mostraram a continuidade do tamanho desafio sobre os povos indígenas no Brasil, afrontados pelo avanço da bancada ruralista à frente do Governo atuando abertamente para a retirada dos seus direitos constitucionais. Isto ficou mais evidente após o golpe parlamentar que afastou Dilma Rousseff da presidência da república em agosto de 2016, para dar lugar ao comando de Michel Temer. Para denunciar

coletivamente esta situação, em 2017 indígenas de todo o país se organizaram para o 14 Acampamento Terra Livre (ATL). De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), na ocasião, mais de três mil indígenas tomaram as ruas da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Depois de realizar uma espécie de grande marcha fúnebre, eles acabaram sendo reprimidos ao tentar depositar quase 200 caixões no espelho de água do Congresso, que também contava com a presença de idosos, mulheres e crianças. Os policiais utilizaram gás lacrimogênio e spray de pimenta contra os manifestantes. Havia mulheres, crianças e idosos no ato. José Uirakitã, do povo Tingui Botó (AL), testemunhou a repressão, que se seguiu por mais de 1h, coletou artefatos utilizados pela polícia: “Eles estavam atirando como se fossemos criminosos”, revela.



Foto: Rafael Nakamura / : Mobilização Nacional Indígena (MNI)

O blog da Apib também informou que a manifestação foi iniciada de forma pacífica, com uma caminhada de cerca de 40 minutos até chegar ao Congresso, até ser interrompida com violência policial. Ali, policiais militares e seguranças dos parlamentares decidiram intervir porque não queriam que os indígenas ocupassem os espaços, os gramados, o espelho d'água. Os relatos sobre a ação dos policiais dão conta de atos violentos que os índios responderam com a mesma moeda. Ninguém aqui está dizendo que os indígenas não reagiram. Fato é que, desse jeito, azedou-se mais um pouco uma relação desastrosa desde o início dos tempos.

Sob a presidência de Jair Bolsonaro (2019 -2022) a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA, também conhecida como bancada ruralista) firmou campanha pela saída do Brasil da [Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho \(OIT\)](#). Para assim proceder o Brasil precisaria “denunciar” a Convenção à OIT para a Advocacia Geral da União (AGU) no prazo máximo de um ano, a partir de 5 de setembro de 2021. A decisão teria efeitos a partir de 5 de setembro de 2023, se for tomada na data-limite Rede Brasil Atual (RBA), para sair do tratado.

Desde sua adoção, em 1989 pelas Nações Unidas, a convenção foi ratificada por 23 países, incluindo 15 latino-americanos: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela. De acordo com dados do Escritório da OIT no Brasil e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a Convenção n 169 está vigente no país desde 2004, é complementar à Constituição Federal de 1988. e detalha princípios para efetivação e proteção de direitos sociais, territoriais, à saúde, educação, trabalho e seguridade social de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades tradicionais e extrativistas.

Em junho de 2021, [mais de 240 organizações assinaram uma carta contra a ameaça de retirada do Brasil do tratado](#). A convocatória foi organizada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e pela Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE).

Os povos tradicionais e Ministério Público Federal (MPF) costumam recorrer à Convenção em situações de conflitos socioambientais para questionar nos tribunais os empreendimentos, decisões governamentais e projetos que abalem os direitos de comunidades indígenas e tradicionais. Aliada à Constituição Federal, como por exemplo os artigos 231 e 232, dentre outros, a Convenção 169 da OIT também é um forte instrumento de luta com o qual as populações vulnerabilizadas se apropriam diante as ameaças aos seus territórios. Por isto, como ressaltou a liderança Tingui-Botó Marcos Sabaru, “A gente precisa ir além do ato dele [Bolsonaro] de não querer

mais participar da Convenção 169. Isso não é uma iniciativa isolada.”

Em 2021 Sabaru atuava como assessor político da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), lembrando quando Bolsonaro havia prometido aos seus eleitores não demarcar nenhum centímetro de terras indígenas e quilombolas. Eleito presidente, promoveu o desmonte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [Ibama], regulamentou empreendimentos retirando obrigações relacionadas a impacto ambiental e trabalha para legalizar, em termos práticos, a grilagem. Como analisou Sabaru em entrevista para a Rede Brasil Atual (2021):

*“Assim, você retira direitos da população indígena, quilombola e comunidades ribeirinhas, extrativistas, tradicionais, e da sociedade brasileira como um todo. Porque essas terras são da União, e estamos falando de água, mata, meio ambiente, que abrangem toda a sociedade (...) então, você tem o perdão pela invasão de terras, não precisa fazer estudo de impacto ambiental, e tem terras onde o Ibama e a Funai não vão alcançar. E, caso tenha alguma comunidade nelas, não precisará obedecer a Convenção 169 sobre a consulta prévia, livre e de boa-fé às comunidades indígenas e à população tradicional. Não é uma iniciativa isolada”.*



**Marcelo Tingui-Botó**  
Cineasta, biólogo e pesquisador indígena

"Enxergamos o território como sujeito de direito. Quando falamos da saúde coletiva, e saúde do território, a gente não se refere só aos povos, seres humanos que estão no território. A gente se refere a plantas, animais, insetos. Tudo faz parte de uma só energia, de uma só cosmologia"

Fonte: Mídia Caeté, 2023.

No dia 29 de março de 2023 ocorreu o Seminário “Aportes teóricos ao estudo do ecocídio e da globalização dos territórios III: saúde e natureza”. e desenvolvido no âmbito da cooperação internacional entre a Fiocruz e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Marcelo Tingui aciona a academia para que trate dos temas “com” os povos originários, e não “para”: o que significa distinguir pesquisa colaborativa daquela extrativista.

Como divulgado pela Midia Caeté (2023) Marcelo faz a seguinte análise sobre o modo de vida tradicional que há

séculos desafia os saberes hegemônicos: “Qualquer comunidade de povos indígenas que você for, você vai ver pé de pau, rio e gente protegendo. Isso é modo de vida que ameaça o sistema capitalista empregado no Brasil. Tem muita pesquisa extrativista e não colaborativa. Gente que faz a pesquisa, vai no território, extrai, volta para a academia com seus títulos e vaidade intacta, e os territórios continuam daquela mesma forma. Existem pseudônimos e artistas que tentam criar personagens sobre determinados temas que estejam na moda, mas somos nós as que pessoas que falam e fazem”.

## Fontes:

7.500 índios alagoanos recebem orientações sobre higiene, saúde e saneamento. Primeira Edição, 24 set. 2009. Republicado por Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://bit.ly/45GTLWY>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ANTUNES, Clovis. Índios de Alagoas: documentário. Maceio: UFAL, 1983.

COMUNIDADE Tigui-Botó recebe ações de desenvolvimento sustentável da Emater/AL. Primeira Edição, 25. Set 2012. Disponível em: <http://goo.gl/riew1>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. PORTARIAS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006 Disponível em: <http://goo.gl/jX1Ar>. Acesso em: 28 ago. 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO Oficina discute formação em PNGATI, para gestores públicos e indígenas do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais. Combate Racismo Ambiental, 20 dez. 2013. Disponível em: <http://goo.gl/mb62bi>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ÍNDIOS amazonenses querem o líder Tukano na Funai. A Crítica, 27 ago. 1984. Disponível em: <http://goo.gl/hc4Qg>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ÍNDIOS ocupam sede da Funasa em Maceió-AL. A Tarde. Disponível em: <http://goo.gl/kouxg>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Tingui Botó. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3Eg8BrP>. Acesso em: 28 ago. 2023.

AL - Em Alagoas, Tingui-Botó reivindicam há mais de uma década a revisão dos limites de suas terras e a ampliação do território disponível. MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Disponível em: <https://bit.ly/45qP6ZP>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MEDEIROS, Rafael. Índios protestam contra usinas nucleares às margens do rio São Francisco. Aqui Acontece, 08 jul. 2011. Disponível em <https://bit.ly/3Em2fXT>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SECRETARIA amplia estrutura de atendimento no DSEI Alagoas-Sergipe. Portal da Saúde, Ministério da Saúde, 18 fev. 2011. Disponível em <https://bit.ly/44shdq6>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SILVA, Fernanda Andrade. Os sons Tingui-Botó: cultura e identidade indígena em Alagoas. Livro Digital, Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2020, 1. ed - São Cristovão, SE. Disponível em: <https://bit.ly/44qCHne>. Acesso em 28 ago. 2023.

Demandas

Incluir filmes

Incluir encontro nos Tingui: março/2023



